

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –
CONANDA

ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –
CONANDA

Às nove horas e trinta minutos do dia sete de novembro de dois mil e seis, no Auditório Tancredo Neves no Ministério da Justiça teve início a 145ª Assembléia Ordinária do CONANDA. Estiveram presentes os conselheiros titulares José Fernando da Silva - representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Carmen de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Antonio Pereira da Silva Filho – Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Beatriz Hobold – Pastoral da Criança, Cláudio Augusto Vieira da Silva – Fundação Fé e Alegria do Brasil, Elizabete Borgianni – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Fábio Feitosa da Silva – União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), Helder Delena – Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança (ABRINQ), Lodi Uptmoor Pauly – Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente (AMENCAR), Maria das Graças Fonseca Cruz (Marilene) – Conferência Nacional de Bispos do Brasil, Maria Julia Rosa Chaves Depitulski – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), Marta Marília Tonin – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Conselho Federal), Miriam Maria José dos Santos – Inspeção São João Bosco Salesianos, Alda Elizabeth Boelher Iglesias Azevedo – Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e os suplentes Marilene Pedrosa Leite – Federação Nacional das APAEs/FENAPAE, Ferial Sami – Comunidade Bahai's, Maria Luiza Moura Oliveira – Conselho Federal de Psicologia, Dra. Luciana Cecco - Ministério dos Esportes, José Eduardo de Andrade – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Napoleão Alvarenga – Ministério da Cultura, Edna Lúcia – Secretaria Especial dos Direitos Humanos, José Ricardo Caporal – ACM e Sandra Greco da Fonseca – Aldeias Infantis SOS/Brasil e os convidados Francisco Sadeck - INESC, Ricardo Fabrino do Ministério da Educação, a Dra. Simone Albuquerque -Ministério do Desenvolvimento Social, o representante do Dr. Inácio Massara Aihora - Ministério da Saúde e Marcos Lemos - Secretaria Especial dos Direitos Humanos . O encontro teve a duração de dois dias e meio, onde foram debatidos os seguintes temas: no dia sete de novembro, a execução orçamentária dos Ministérios no ano de 2006 e a proposta orçamentaria para 2007, no dia oito de novembro na sala 425 no Edifício anexo II do Ministério da Justiça os relatos das comissões e no dia nove de novembro no auditório Lourenço Nacib Chehab, no Ministério das Comunicações, o processo eleitoral da sociedade civil para o CONANDA. O presidente do CONANDA, Dr. José Fernando da Silva deu início aos trabalhos, convidando o Senhor Ricardo Fabrino, representante do Ministério da Educação, para iniciar as apresentações sobre a execução orçamentária 2006 e a proposta orçamentária 2007. O Dr. Ricardo Fabrino fez a sua apresentação mostrando os programas voltados à criança e ao adolescente, sendo o Projeto FUNDEB um dos principais, mas que ainda está em trâmite no Congresso Nacional. Solicitou ao CONANDA para interferir junto a Câmara para que o Fundeb seja aprovado ainda esse ano, pois é fundamental para o ano de 2007. Informou que em relação aos alunos da educação indígena não possuem um percentual, mas têm 119 mil alunos matriculados em quilombos, sendo 39 mil crianças e adolescentes. Ressaltou o crescimento da merenda escolar por fazer parte do programa Fome Zero passando de 1,3 para 1,5 bilhões no orçamento. Informou ainda que escolas indígenas e quilombos, não existiam até 2003. O Conselheiro Leandro Fialho destacou que existe um programa que merece destaque, o Escola que Protege, que é um programa de capacitação que está sendo feito nos municípios, em parceria com as universidades e uma ONG, a Companhia das Américas, onde capacitam os professores de 94 cidades nas regiões metropolitanas, para que o professor identifique sinais de violência. Informou que o objetivo do Ministério é executar o orçamento, não é ficar para restos

a pagar, não é voltar para o Tesouro Nacional, é que o recurso realmente chegue na ponta, mas que ainda tem alguns trâmites burocráticos e isso tranca, e que às vezes não é tão rápido quanto se imagina. **Encaminhamentos:** I- o CONANDA retomar o processo de mobilização que vinha sendo feito com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Movimento do Fórum da Educação Infantil, CONSED, UNDIME para a aprovação do FUNDEB ainda esse ano. II - Encaminhar ao Ministro Fernando Haddad, uma correspondência demonstrando a preocupação em relação à execução desse Ministério, pelo fato de a execução orçamentária do MEC estar em torno de 50%. O presidente do Conanda, Sr. Fernando Silva, solicitou ao Senhor Ricardo Fabrino que disponibilizasse a sua apresentação por meio eletrônico para que possa circular eletronicamente para todos Conselheiros. Após a apresentação do Ministério da Educação, o Presidente do Conanda, Sr. José Fernando da Silva convidou a Vice-presidente, Sra. Carmen de Oliveira para compor à mesa e à Conselheira Luciana Secco para fazer a apresentação do Ministério do Esporte. Iniciou comparando o orçamento do Ministério do Esporte com o do Ministério da Educação. A Conselheira Luciana Secco deu ênfase ao Programa Segundo Tempo, que tem um grande vínculo com o CONANDA. Este programa envolve 25% do orçamento do Ministério do Esporte, 50% está ligado ao Pan Americano e os outros 25% são de outros programas. Ressaltou também que o fato percentual de execução das ações terem sido um pouco limitados foi devido à questão do período eleitoral. O atendimento do Programa Segundo Tempo é de um milhão de crianças e a meta do Ministério é garantir o atendimento a essas crianças, e os convênios firmados pelo Ministério garantem mais crianças atendidas. Informou que o Ministério tem 29 milhões e 633 mil pagos, efetivados e liquidados. Isso até a data do dia 10 de outubro, o que permitiu o atendimento a 278.000 crianças. O Programa Segundo Tempo tem um percentual de execução empenhado em torno de 70% até o presente momento. Esclareceu que o programa Segundo Tempo funciona por meio de bolsa- estagiário, reforço alimentar, material didático e suplementar e que possui um coordenador-geral e coordenador de atividade nos núcleos. Falou dos Programas de Inserção Social - Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania que são relativos à produção de material esportivo, que são feitos manualmente dentro dos presídios que recebem um recurso pela produção desse material, esclareceu que esse material não fica mais barato que os comprados através de licitação e que prioridade de atendimento do material esportivo produzido no Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania é o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer na Cidade. A rede CEDES tem a ênfase na questão do atendimento a idoso, adulto e jovem, também atende criança em alguns casos. Informou ainda que Existe um Pan paralelo ao Projeto do Pan-Americano, com crianças e adolescentes. Comentou que a maioria da execução do orçamento do programa Esporte e Lazer na Cidade é de emenda parlamentar Após a apresentação do Ministério do Esporte, o Presidente do Conanda, Sr. José Fernando da Silva solicitou à Senhora Luciana a disponibilização do material da apresentação em forma eletrônica. **Encaminhamentos: I** - Enviar um ofício ao Ministro dos Esportes colocando a preocupação e solicitando o empenho para que haja uma execução mais significativa nesse curto período e dizer da preocupação do CONANDA com a diminuição da proposta orçamentária de 2007 em relação a 2006. A Conselheira Luciana se comprometeu a enviar aos Conselheiros a sua apresentação. O Presidente do CONANDA passou a palavra para a Doutora Simone Albuquerque do Ministério do Desenvolvimento Social. A Senhora Simone iniciou a sua apresentação dizendo que o MDS atingiu a meta proposta para o programa Bolsa-Família e que no ano de 2006 foi feita a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Mostrou também um ponto muito importante para o MDS foi a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar. Comentou que o MDS deseja aprovar, ainda esse ano, o plano de convênio familiar e comunitária. O Senhor Caio Brandão fez alguns comentários em relação às despesas discricionárias, informou que o limite desse ano foi 97 bilhões, 4,2% do PIB e as despesas discricionárias foi de 97 bilhões, 4,2% do PIB. As despesas obrigatórias, que é aquela tipo o BPC, o Benefício de Prestação Continuada e as prioritárias estariam levando do orçamento 15,35% do PIB, 353 bilhões de reais. O teto que o Planejamento estipulou esse ano, que seria 17% do PIB e arrecadação de impostos do governo. Apresentou uma projeção sobre a execução do MDS: Em 2005 foi de 16 bilhões de reais. Em 2006 o orçamento é de 21 bilhões de reais e para 2007 está previsto 24 bilhões.

Falando sobre o Bolsa Família, ele mostrou que no Nordeste tem 50% da população pobre do país e lá tem 50% do Bolsa Família. O Bolsa Família conseguiu atingir a meta estipulada para o ano de 2006, mesmo não significando que atingiu todas as famílias carentes. O Orçamento do MDS para o ano de 2006 foi de 21 bilhões e **73% desse valor já foi executado**. Sra. Simone passou informações complementares relativas ao MDS, como o empenho total do Fundo Nacional de Assistência Social como um todo de 96,25% das dotações, então no total das dotações tanto discricionárias quanto obrigatórias, já se tem 96,25%. O valor pago desse total empenhado está em torno de 81,54%. Até o presente momento, a execução do Ministério estava em torno de 96%. A Dra Simone informou que na questão do trabalho infantil, o MDS atende todas as crianças de zero a dezesseis anos. Informou que dia oito de novembro, foi acordado entre o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social que os 100 milhões passados do MDS para o MEC esse ano, retornará para o MDS, porque o MDS está implantando um sistema que vai chegar nos municípios chamado SIG-SUAS. A Dra Simone também citou a importância da aprovação do FUNDEB no ano de 2006 para atender os matriculados na rede estadual e enquanto isso o MDS junto ao MEC estarão desenhando uma proposta de atendimento também da rede privada filantrópica. O Senhor Caio lembrou que eram quatro cadastros diferentes para o Bolsa Família que está sendo unificado e o MDS dá um incentivo de até 2 reais e cinquenta para cada cadastro válido para o município. Falou também que hoje, o contingenciamento orçamentário do MDS é de 464 milhões e o financeiro é de 900 milhões. A Senhora Gisele citou que a meta que foi prevista para a dotação de 300 milhões em 2006 em relação ao PETI não vai ser alcançada por dificuldades do processo e que se não conseguiram alcançar essa meta, não seria razoável estipular essa mesma meta para 2007. A Conselheira Elisabete Borgianni parabenizou a equipe do MDS em nome do Conselho Federal de Serviço Social não só pela execução orçamentária primorosa, mas também pela seriedade e pelo compromisso ético e político de trabalho que essa equipe revelou. “Quando nós lemos nos jornais de grande circulação que a população brasileira, quando é entrevistada com relação aos programas de transferência de renda, a primeira coisa que colocam é a segurança de receber o benefício ou a renda. Isso é um fato inédito no nosso país, sabendo da sua tradição, de tutela, de favor, de assistencialismo e de mau uso do recurso público que nunca chega na população e que deve ser a destinatária dela e o MDS nessa gestão demonstra sobejas desse compromisso ético e político da população ser atendida com o recurso e isso merece o elogio de todos nós brasileiros”. A Senhora Simone comentou que toda parte de proteção básica vai na direção tanto a renda quanto o serviço e também que tem uma boa parte do orçamento do MDS que é para jovens e idosos. Por fim, afirmou que o MDS irá apoiar o Plano de Convivência Familiar e Comunitária. O Senhor Caio, a Senhora Simone e a Senhora Gisele se despedem dizendo que foi muito prazeroso participar do encontro. O Presidente do Conanda, Sr. José Fernando solicitou ao Ministério do Desenvolvimento Social que disponibilize o material de forma eletrônica.

Encaminhamentos: I- O Conselho Nacional de Assistência, Conanda e o Conselho Nacional de Educação terem uma agenda no início do próximo ano para pensar o processo de transferência da educação infantil do MDS para o Ministério da Educação. O Presidente do Conanda, Sr. José Fernando avisou que no dia 13 pela manhã será a Assembléia Conjunta do CONANDA com o CNAS para a aprovação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Criança e Adolescente. Sugeriu também que o Conselho possa falar com o Senhor Sylvio, presidente do CNAS, sobre uma agenda dos Conselhos para estarem pensando o SUAS e o Sistema de Garantias de Direitos, em 2007. **II -** no próximo ano em novembro quando os Conselhos estiverem fazendo esse novo movimento, que a execução de todos os Ministérios na área da criança e do adolescente possa estar em torno de 80%. Às 13 horas houve uma pausa para o almoço. Às quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia foi reiniciado o encontro. O Presidente do Conanda, Sr. José Fernando iniciou os trabalhos passando a palavra para o Senhor Inácio Massara Aihora, representante do Ministério da Saúde, que estava acompanhado da Senhora Francisca e da Senhora Rosa. O Senhor Inácio Aihora, da Coordenação Geral de Planejamento de Orçamento e Finanças solicitou a distribuição de uma publicação da Secretaria de Direção Estratégica e Participativa, que traz algumas ações e

explicações sobre a nova diretriz do Ministério. Apresentou o Sistema Único de Saúde, que é uma responsabilidade do Governo (União, estados e municípios). Informou que o SUS é integrado e a vinculação de receitas se dá em função da emenda 29, onde os municípios têm que disseminar 15% da sua receita à saúde, os estados, 2% e a União, pela variação. Apresentou a evolução do Ministério da Saúde desde 2005, em que tinha 37 bilhões de aplicações. Esse número passa a 40 bilhões em 2006 e para 2007 está previsto 44 bilhões. Há um crescimento de 8,5% de 2007 a 2006, exatamente pela variação do PIB. Ele mostra também um aumento de alocação de recursos para o pessoal ativo em relação ao custeio e capital. A execução até outubro de 2006, a média e a alta complexidade absorvem 17 bilhões de reais do orçamento da Saúde, sendo praticamente metade do orçamento do Ministério. **86% do orçamento já foi executado.** Afirmou que o Ministério da Saúde executa praticamente todo o seu orçamento. Um dos programas principais do Ministério da Saúde relacionado ao CONANDA é o Programa da Saúde da Família que tem recursos de cinco bilhões e 700 alocados nela. Justificou que a baixa execução de 2006 dá-se pela aprovação do orçamento ter acontecido somente em maio e também por 2006 ter sido um ano eleitoral e que só em novembro que alguns recursos poderão ser alocados. Para o saneamento foi empenhado 81% e liquidado apenas 15%. Pontuou também a questão de ter restos a pagar. Após ter justificado a baixa execução em alguns programas específicos voltados à criança, ao adolescente e à mulher, mostrou que as ações de transferências Fundo a Fundo são obrigatórias e não podem deixar de serem executadas finalizando sua apresentação. **Encaminhamentos: I** – Enviar correspondência solicitando que a execução seja no patamar de 100% e **II** - Encaminhar ofício demonstrando a preocupação em relação à essa discussão da DRU e a existência dela. O presidente do Conanda, Sr. José Fernando solicitou também do Ministério da Saúde a possibilidade de deixar o material que foi da apresentação para que se possa circular eletronicamente para os Conselheiros. O Conselheiro Helder sugeriu que a questão do saneamento básico seja incluído também no orçamento e a execução nessa área sejam aumentados. O presidente do Conanda, Sr. José Fernando comentou que essa questão deve ser analisada dentro do Congresso, já que o orçamento já está lá e agradeceu a apresentação do Senhor Inácio, da Senhora Rosa e da Senhora Francisca. Após a apresentação do Ministério da Saúde, o Presidente do Conanda, Sr. José Fernando da Silva convidou os representantes do Ministério do Trabalho, O Senhor José Luis de Barros Junior e o Conselheiro Leonardo Soares de Oliveira. O Senhor José Luis de Barros Junior iniciou a sua apresentação mostrando os valores consolidados de 2005-2006 e o que está previsto na proposta de 2007. Informou que o valor do orçamento caiu cerca de 240 milhões de 2005 para 2006. Afirmou que o Programa Primeiro Emprego dificilmente vai chegar ao patamar de 2005 por causa da falta de liberação de recursos. De 2006 para 2007, o valor das ações de publicidade praticamente não se alterou. Comentou que para 2007 está previsto 1 milhão e 877 mil para as ações de fiscalização. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em 2006, o projeto de lei que saiu para o Congresso, seu valor era de um milhão. Com as emendas conseguidas no Congresso ele conseguiu mais 865 mil. Então, o projeto de lei que está saindo para 2007 é do mesmo valor que foi conseguido sem as possíveis emendas que possam acontecer. O Senhor José Luis de Barros Junior mostrou que o Programa Primeiro Emprego teve uma redução expressiva do que está previsto para 2006-2007. Comentou que o Ministério do Trabalho e Emprego tinha um orçamento em torno de 167 milhões 548 mil, e o que está previsto efetivamente do projeto de lei para 2007 é 110 milhões. A execução em 2006, que seria de 90 milhões 632 mil é praticamente dez milhões abaixo do que foi executado em 2005. Esclareceu que em 2007, o orçamento depende dos limites da conjuntura do próximo exercício. O Conselheiro Leonardo Soares de Oliveira colocou que não tem uma perspectiva muito grande relacionada à execução no final do ano, pois depois do dia 20 de dezembro não se consegue fazer muita coisa. Informou que o Ministério do Trabalho e Emprego tem uma perspectiva de conseguir executar nessa ação, Fiscalização para Erradicação do Trabalho entre 90 e 95%, que é a média conseguida nos últimos anos. Ressaltou a atualização do mapa do foco do trabalho infantil, que está zero de execução e terminará o ano com zero de execução por causa da indeterminação do prazo de publicação do referido mapa, mas garante que esse mapa sai em 2007 com certeza. Respondendo

às perguntas dos Conselheiros, esclareceu que quando o Ministério recebe as diretrizes para a elaboração da pré-proposta orçamentária para o ano seguinte, ele já recebe uma espécie de limitação e isso acontece com todos os Ministérios. O orçamento de 2007 depende da questão da própria execução do Ministério, da capacidade de executar. Comentou que as reduções das ações foram consequência da limitação imposta pelo Ministério do Planejamento no final do ano de 2006, e que há possibilidade de emendas a orçamento no Congresso Nacional e depois o MTE pode lutar para que o valor conseguido não seja contingenciado. O Conselheiro Leonardo Soares de Oliveira se comprometeu a responder algumas perguntas por e-mail, já que ele não tem essas respostas no momento. Quando questionado em relação à execução do programa de erradicação do trabalho infantil relativa ao geral do Ministério, os dois estão na casa dos 60%. Após a apresentação do MTE, o Presidente do Conanda, Sr. José Fernando da Silva citou a sugestão do Conselheiro Cláudio, de estabelecer um limite de data para a realização desse mapa e sugere esse encaminhamento. Em relação ao questionamento da Conselheira Miriam relacionado ao adolescente em conflito com a lei ou em cumprimento de medida socioeducativa, citou que tem um bloco de encaminhamentos relativos ao SINASE, que será tratado com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Citou também preocupação do Conselheiro Cláudio em relação à execução, que não está tão baixa quanto à dos outros Ministérios, mas citou a questão da PLOA 2007 e solicitou que o CONANDA verifique que medida o Conselho pode tomar em relação à isso. O Presidente do CONANDA sugeriu também que se faça um movimento para recuperar o patamar da LOA 2006 e solicitou aos Representantes do MTE que disponibilizassem a apresentação eletronicamente, por e-mail para os Conselheiros. O Presidente do Conanda, Sr. José Fernando da Silva convidou a vice-presidente Carmen para a apresentação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Antes disso, questionou se a apresentação do Ministério do Planejamento se sua apresentação poderia ficar para o dia seguinte pelo adiantado da hora. Acertada a apresentação do MPOG para o dia seguinte, a Vice-Presidente do Conanda, Sra. Carmen de Oliveira deu início apresentando o Senhor Marcus Lemos, da Subsecretaria de Gestão. Citou a apresentação passada e citou vários programas consolidados em 2006, destacou a implementação de um call center próprio. Mostrando o panorama geral da SPDCA, informou que se verificou que de 2000 a 2002 teve uma certa estabilidade entre dotação autorizada, crédito disponível e empenhos e uma flutuação, e disse que o ano mais crítico foi o de 2003. Verificando o histórico de crescimento do Fundo, informou que existe um problema quanto à sua execução orçamentária, que há um saldo significativo, que é repassado então para a sua execução no ano posterior. Por causa disso, ela chama a atenção para que possivelmente haja doações a terem o ingresso nesse final de ano ainda e é provável então que a SEDH tenha um aumento do valor colocado para 2006. Em relação aos Programas que fazem parte da SEDH, deixou de fora o Programa Segundo Tempo e o Programa da Erradicação do Trabalho Infantil que não são executados pela Secretaria. O Programa Sócio-educativo está com uma execução em torno de 97% e acontece um atraso nos programas de combate à exploração sexual, porque eles envolvem convênios com valor expressivo. Do orçamento da Subsecretaria, foi garantido o aumento de cerca de dez milhões para dezessete milhões. O Senhor Marcus Lemos citou que a SEDH teve um aumento expressivo. Para 2007, a meta relativa ao Combate à Violência Sexual é a expansão do PAIR, a montagem do call center próprio, uma consultoria para o disque denúncia, um Seminário Nacional do PAIR, um seminário nacional do pró-reitores de extensão. O Senhor Marcus Lemos mostrou que o orçamento do atual exercício da Secretaria Especial dos Direitos Humanos é da ordem de 117 milhões de reais, falando de lei orçamentária e que um pouco mais da metade desse valor é destinado à área da Criança e do Adolescente. Comentou também que as emendas parlamentares que foram apresentadas ao orçamento deste ano somam 21 milhões de reais, dos quais seis e meio correspondem a emendas parlamentares apresentadas para a área da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Para 2007, considerando que o valor das emendas sejam os mesmos de 2006, o orçamento da Secretaria passará então de 117 para 130 milhões de reais, mas que não se pode dizer ainda o quanto se destinará para a área da criança e do adolescente, porque não se sabe ainda como serão essas emendas parlamentares. A Senhora Andressa informou que alguns programas ainda têm uma baixa execução em 2006, mas falta

apenas concluir o trâmite para se possa formalizar definitivamente o convênio e liquidar as parcelas respectivas. A Vice Presidente do Conanda, Sra. Carmen de Oliveira lembrou que a execução da SPDCA está em torno de 65 a 68% e que a prioridade que foi dada esse ano foi para executar o orçamento da Subsecretaria. A Senhora Elisabete Borgianni pediu desculpas à Senhora Carmen pelo ocorrido na assembléia anterior, por tê-la ofendido sem intenção. A Vice Presidente do Conanda, Sra. Carmen citou a infra-estrutura das unidades de privação de liberdade, que existe um levantamento que será repassado para os conselheiros por meio eletrônico. Após a apresentação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Presidente do Conanda, Sr. José Fernando da Silva recapitulou os encaminhamentos e as deliberações até a apresentação da SEDH, relacionados aos Ministérios da Saúde, Esporte e Educação quanto à baixa execução orçamentária no ano de 2006: Que o CONANDA encaminhe ofícios a esses Ministérios demonstrando tal preocupação, solicitando que a execução chegue no final do ano o mais próximo possível de 100%. Em relação ao Ministério do Esporte, é que as propostas Esporte e Trabalho e do PLOA 2007 está inferior ao que está na LOA desse ano. Em Relação ao FUNDEB, retomar a mobilização para a aprovação da PEC e paralelo a este estar atento à aprovação da LOA 2007 para que haja também recursos para a ampliação desse direito, sobretudo da educação infantil, o CONANDA deverá manifestar preocupação em relação a DRU, tanto com o percentual atual, quanto à discussão sobre a possibilidade de estar, como está sendo comentado nos meios de comunicação, para 30 ou 35% e ainda com a possibilidade de extensão da DRU para estados e municípios, há uma necessidade de uma discussão específica sobre o sistema de garantias de direitos, o SUAS dentro o SINASE. Outra discussão específica com relação ao Plano Nacional da Convivência Familiar e Comunitária. Depois o CONANDA e o CNAS, Conselho Nacional de Educação, uma discussão sobre a transição da educação infantil, do MDS para o MEC. Em relação ao Ministério do Trabalho e Emprego, a proposta do Conselheiro Cláudio Augusto, em relação à atualização do mapa do trabalho infantil, tenha um período, e que esse período seja obrigatoriamente realizado, a atualização das informações. Lembrou que ficou a pendência do CODEFAP, que a Conselheira Miriam colocou. Em relação à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Conselho entendeu que a Comissão Intersetorial já está trabalhando as questões e que devem que ser agregadas à necessidade de atualizar esse diagnóstico sobre a internação, o Seminário de Pactuação com o FONACRIAD no início do próximo ano, em função das alterações possíveis, alterações incertas nos governos estaduais, o dialogo com a frente de prefeitos para a discussão da municipalização em meio aberto, O presidente do Conanda lembrou que 60% das capitais não têm meio aberto. E por ultimo, em relação à PLOA 2007, a Subsecretaria da Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente seja o FIA, é que 50% do valor destinado à FIA ficaria para meio aberto e 50% ficaria para meio fechado, incorporando a construção, além do que já estava colocado. Contudo, esta possibilidade precisa ser definida dentro do edital de projetos para 2007, que seja pauta da assembléia de dezembro próximo. Ressaltou que na execução da SPDCA está em um percentual de 65%, mas do FIA está menor. O Conselheiro Helder sugeriu que a discussão dos 50% do valor destinado ao FIA ficasse para meio aberto e 50% para meio fechado seja feita no dia seguinte. A Conselheira Elisabete sugeriu que seja feita uma ação conjunta com o Conselho Nacional de Saúde. A Conselheira Carmen sugeriu que na próxima reunião esse assunto seja retomado de uma forma mais cautelosa e que seja dado um tempo maior para se discutir o SINASE. Solicitou desculpas à Conselheira Elisabete e disse que não guarda rancor nenhum. A Plenária do dia sete de novembro foi encerrada. Às nove horas do dia oito de novembro de dois mil e seis, na sala 425 do Edifício Anexo II do Ministério da Justiça teve início os relatos das comissões do CONANDA. **I – Abertura dos Trabalhos:** O Senhor José Fernando iniciou os trabalhos do dia discutindo a ata da reunião anterior, fazendo alterações e aprovando a mesma com ressalvas. Após a aprovação da ata, deu início os relatos das comissões, com a **Comissão de Políticas Públicas**. O Presidente do Conanda, Sr. José Fernando solicitou á conselheira Mirian que iniciasse a sua apresentação citando apenas das deliberações. A Senhora Miriam citou a colocação da Conselheira Edna em relação a provável mudança de sete gestores, com a eleição para Governador e uma preocupação em relação ao desconhecimento do SINASE. A sugestão

proposta pela Conselheira Mirian é que o Senhor Presidente e a Senhora vice-presidente do CONANDA realizem uma gestão junto ao Ministro Paulo Vanucci, para que solicite ao Presidente Lula pautar o SINASE na reunião que irá realizar com os 27 governadores eleitos e reeleitos. A Conselheira Miriam colocou também que em relação ao SINASE, a versão final do sumário executivo vai circular por e-mail para todos os Conselheiros no dia 10 de novembro e o encaminhamento das sugestões deve ser até o dia 24/11. O Conselheiro José Eduardo de Andrade pediu autorização para pudesse convidar uma técnica do MDS para acompanhar essa discussão do sumário. A Vice Presidente do Conanda, Sra. Carmen de Oliveira sugeriu que se faça uma versão mais “enxuta” do documento do SINASE para a sua publicação e que se tivesse uma tiragem maior que pudesse ser distribuída amplamente para os Municípios, para os Estados e esse documento de referência fica disponibilizado no *site* ou nos *sites* para quem quiser fazer um *download*. A Conselheira Julia questionou se juridicamente a publicação do documento não tinha que ser na íntegra. A conselheira Elisabete sugeriu que se tenha uma versão resumida, mas que se tenha uma ficha catalográfica com os dados todos, inclusive de dada, local, autoria que na realidade é CONANDA e SDPCA, porque esse documento vai ser muito citado nos trabalhos acadêmicos. O Conselheiro José Eduardo sugere que a Comissão defina quais são os itens de regulação que precisam ser publicados, que se publique uma versão resumida, mas com referências no documento, que seria inclusive o documento publicado como um livro e é suficiente esse ponto. O conselheiro Paulo sugeriu que se tenha um trabalho de uma Comissão de produzir uma, duas, três, quatro, cinco resoluções a partir daquele documento completo, já que nem tudo que está nele é matéria regulamentadora. O Presidente do Conanda, Sr. José Fernando da Silva citou uma pesquisa feita pelo Senhor Fernando Bezerra que trata das decisões precisam de publicação, e sugeriu então a publicação de uma versão completa e uma versão simplificada para distribuir de forma geral, ampla e restrita. **Encaminhamentos:** Realizar gestão junto ao Ministro Paulo Vanucci para que solicite ao Presidente Lula pautar o Sinase na reunião que irá realizar com os 27 governadores eleitos e reeleitos. **Sinase** – a Versão final do sumário circular por e-mail para os conselheiros dia 10/11 e os conselheiros deverão encaminhar sugestões até 24.11. Criar um grupo de trabalho que irá fechar o sumário. Fazer uma reunião eletrônica dia 29 e 30/11. Publicar duas tiragens: a) documento na íntegra (menor quantidade), colocar no site do Conanda e registrar em cartório e b) Documento sintetizado (10.000 cópias). Indicar alguém do MDS para compor o grupo. Elaborar da resolução do Conanda sobre o Sinase. **Reunião da comissão interministerial sobre o Sinase.** que todos os ministérios apresentem suas propostas sobre adolescente em conflito com a lei. A) Fazer um documento síntese com os problemas e indicativos de solução nas diferentes áreas das políticas públicas com base nas ações que já foram acumuladas nos ministérios, a produção do Fonacriad, relatório da OAB/CFP. b) Solicitar a Comissão Interministerial que apresente seu Plano para a assembléia de dezembro. **Intersetorialidade da Políticas Públicas** - Realização de um encontro com Conselhos estaduais e gestores para definir o papel de cada um na intersectorialidade para implementação do Sinase – 1º semestre de 2007.1. Apresentar um plano com ações e cronograma na plenária de dezembro/2006 sobre a realização da oficina com os Ministérios para cobrar ações definidas na implementação do Sinase. – 1º semestre de 2007. 2. Apresentar um plano com ações e cronograma na plenária de dezembro/2006 sobre o Eixo da Conferência Nacional em 2007 contemplar Sinase e Convivência Familiar e Comunitária. **Livro: Kiki, Gugu, Dada** - Enviar ofício para o MEC indicando que seja realizada uma avaliação, que se for positiva, o livro seja publicado e distribuído nas escolas. Elaboração de estudo sobre o sistema de financiamento do Sinase. a) financiamento do SINASE (MDS e SEDH); b) financiamento das políticas públicas com garantia de orçamento em cada área. O Fonacriad participar de GT do Fonseas sobre o Sinase. Construção de modelos de gestão municipal de MSE produzido pelo Instituto Brasileiro de Administrações Municipais (IBAM). Mapeamento nacional das MSE em MA com previsão de entrega até final do ano. Encaminhar documento com o posicionamento do Fonacriad sobre a necessidade do SIPIA. Levantar quais os Estados que tem sistemas de informação e como é feito o sistema de informação (mapeamento). Realizar um seminário sobre o SIPIA e o judiciário. Reunião entre o Conanda e o CNJ. Retorno do diagnostico do SIPIA II (reforço através de ofício

solicitando o diagnóstico). Socializar as experiências bem avaliadas (Avaliação dos convênios 2005/2006-UFRJ). Pesquisar os custos e qualidade do atendimento socioeducativo (unicef). Previsão em entregar em abril de 2007. Fazer a programação da SPDCA para a realização dos Encontros Estaduais para implementação do Sinase . Primeiro encontro nacional de semiliberdade. Adiado para a primeira quinzena de dezembro. **Relato da Comissão de Articulação** – O Conselheiro Napoleão Alvarenga, iniciou citando que o primeiro tema é sobre a escolha dos subtemas e calendário da 7ª conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente e lembrou que tema “a luta dos direitos humanos: contrapondo a barbarização promovida pelo capital” e acontecerá de 4 a 6 de dezembro de 2007 em Brasília no Marina Hall. O Senhor Paulo Marques questionou se este tema havia sido aprovado. O Senhor José Fernando colocou que na ata de setembro diz que a Comissão propõe e fez as ponderações, fez a defesa, mas não está dito que foi aprovado. Assim abriu o tema para discussão. A Conselheira Elisabete colocou que o tema pode parecer mais difícil de ir trabalhando no ponto de vista da arte, da comunicação, etc. e sugere outros temas. O Conselho concordou em voltar a discutir o tema na assembléia de fevereiro. A Vice-presidente, Sra. Carmen confirmou que teve uma reunião com a ANDI, mas que antes disso, a SPDCA recebeu cartas de doadores, mantendo uma certa pressão para um rápido convenciamento e indagando sobre a demora na liberação do recurso já tinha sido doado anteriormente. Informou que a resposta foi que houve um atraso com a aprovação da LOA e depois o processo Eleitoral. Esclarecido, foi feita uma proposta de parcelamento do repasse desse recurso. Então foi dividido em 3 parcelas. A primeira parcela foi encaminhada para empenho. Deve estar saindo o depósito nesses próximos dias e a segunda e a terceira parcela, as data foram acordadas com a ANDI mediante ao seu próprio cronograma de trabalho e o volume de recursos que dependeria de cada uma dessas etapas. O Conselheiro Helder colocou que a ANDI fez a captação de 1 milhão e questionou se está correto dividir em 3 vezes. O Conselheiro José Eduardo Andrade colocou que o CONANDA já deliberou os critérios para apresentação de projeto e captação. O Conselheiro Cláudio Augusto comentou que fica prejudicada a proposta da ANDI, porque esse projeto específico foi tratado diferentemente dos outros convênios, das outras ações, das outras organizações porque ele está dentro do bojo do plano de comunicação do CONANDA. A Comissão de articulação e comunicação leu os encaminhamentos que tinham que ser feitos. Em relação a VII conferência, a Conselheira Carmen sugeriu que fosse feito um ato formal, uma resolução do CONANDA, publicada ainda esse ano convocando a sétima Conferência nacional, e informando o calendário da etapa municipal, da etapa estadual e da etapa nacional as outras informações serão depois, e enviar aos estados, para que os mesmos possam começar o processo de organização. A idéia foi aprovada pela plenária. **Encaminhamentos:**

VIII Conferência: Plano de comunicação do Conanda/Andi Situação do Convênio: Orçamento sairá dentro de 15 a 20 dias. Solicitar a ANDI a elaboração do Plano de Comunicação abordando os seguintes objetivos: **a)** favorecer a comunicação com a Sociedade Civil, de forma a contribuir com o aprimoramento dos processos de Gestão; **b)** estabelecer uma Comunicação de Impacto Social e que sirva como ferramenta de Gestão Estratégica; **c)** tenha como premissa o fortalecimento institucional, a construção e a preservação da boa imagem; **d)** Seja capaz de suscitar atitudes e opiniões favoráveis, que divulgue idéias e proposições; **e)** Mobilizar a opinião pública, disseminar metodologias, promover a articulação e favorecer o controle social das políticas públicas. **f)** Circulação das propostas para os Conselheiros até 25/11; **g)** Síntese das propostas para ANDI e encaminhamento aos Conselheiros para conhecimento até 08/12 **h)** Apresentação do pré-plano na Plenária de dezembro – 14/12. **III Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares Confirmação dos Nomes propostos pela Comissão** Local – Luziânia – GO. Data 23 a 26 de novembro de 2006. Dia 24/11 – Temática SINASE – 11:30 hs Indicação do Conselheiro Cláudio para compor a mesa com a Vice-presidente Carmen. Dia 24/11 – Temática SIPIA – 14:30 hs A Comissão propõe uma discussão política sobre o assunto Indicação do Conselheiro Cláudio – que já vai estar lá, com o representante da SPDCA, o Analista de Sistemas Geraldo Freire. Dia 25/11 – Temática Resolução 75/ CONANDA – 8:30 hs Criação dos Conselhos Tutelares – Consulta Pública Parâmetros de Criação e Funcionamento CDCA. Indicação do Presidente – Fernando. **I Encontro do Fórum Regional de Conselhos do Nordeste**

– **CDCA**. Indicação de Nomes. Local – Aracajú. Data 10 e 11 de novembro de 2006. Verificar disponibilidades. **I Encontro do Fórum Nacional dos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente**. I FONACONDICA. Convite ao CONANDA – Indicação de Nomes. Local – São Paulo/SP. Dia 27/11 – Temática -Resolução 105- Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente - Resolução 113 – Sistema de Garantia de Direitos - SINASE – FIA. **Encontro Regional em Aracajú / SE** Indicação da Conselheira Marilene p/ dia 27/11 pela manhã. Tema – SINASE e Resolução 113 Sistema de Garantia de Direitos. Explicitar no ofício as datas possíveis. **Cópia do Acórdão nº 1.663/2006 do TCU**. Relatório de Auditoria – SIPIA Evidencia problemas de planejamento e gestão Determinações e recomendações para conhecimento dos Conselheiros e ponto de pauta para próxima reunião. Finalizados os relatos das comissões, sendo que a Comissão de Orçamento e Finanças ficou para depois da apresentação da execução orçamentária e proposta orçamentária de 2007 para o Ministério do Planejamento. O Senhor Felipe Dearuich, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento iniciou a sua apresentação mostrando os programas que atendem especificamente à Criança e ao adolescente, que são o combate e o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, atendimento sócio-educativo e promoção da defesa do direito da criança e do adolescente. Informou que em 2003 teve uma crise no orçamento em virtude da troca de governo. Fez um demonstrativo com valores correntes, recursos do tesouro e recursos de doações. Mostrou também que do valor de 116 milhões, já foram executados 74,8 milhões. Informou que houve um estranhamento com relação à execução de algumas áreas que foram maiores do que a arrecadação e que uma possibilidade para isso ter acontecido é que pode ter ocorrido uma compra, uma aquisição no exterior e essa diferença é por conta do ajuste cambial. O Senhor Paulo Marques prestou esclarecimentos quanto ao problema da execução maior do que a arrecadação. e concordou com a Conselheira Elisabete quando ela disse o orçamento não é o ideal. O Senhor Felipe Dearuich informou que o Programa Bolsa Família já atingiu a sua plenitude e agora é preciso manter esse patamar de gastos e o futuro é reduzir e que o Bolsa Família é um programa de médio prazo, que as pessoas não vão depender dele para sempre, comentou que as pessoas atendidas pelo Bolsa Família vão aprender a andar com as suas próprias pernas terminando sua apresentação. **Os encaminhamentos** em relação à apresentação do Ministério do Planejamento são: **I-** disponibilizar os dados, para que a possa circular eletronicamente com os conselheiros. **II-** que a Comissão de Orçamento e Finanças do CONANDA possa no próximo ano fazer uma discussão no sentido de que tenha uma padronização na apresentação dos Ministérios para o próximo ano. **III-** que o Doutor Felipe disponibilize a apresentação do calendário e da proposta inicial do governo federal, do PPA 2008/2011 na próxima assembléia do CONANDA. **IV-** que o CONANDA tenha acesso ao SIAF. Após os encaminhamentos, o Conselheiro Helder sugeriu que a Comissão faça um estudo do que pode ser contingenciado e do que não pode ser contingenciado. O Conselheiro Cláudio Augusto sugeriu que os Conselhos Nacionais juntamente com CONANDA façam um movimento, com a Presidência da República sobre a oposição a essa proposta de manutenção da DRU e de sua ampliação. O Presidente, Sr. José Fernando colocou a importância da participação do CONANDA na indicação de pessoas físicas ou jurídicas ao Prêmio Nacional de Direitos Humanos, informou que tem uma categoria específica para criança e adolescente e solicitou aos conselheiros que enviassem as indicações. Em relação à Comissão de Legislação, como só havia um ponto para discussão, foi deliberado que o a comissão prepare um parecer contrario a solicitação de Fóruns da Sociedade Civil. O Presidente do Conanda, sugeriu que a Secretaria Executiva do Conanda faça circular essa proposta, e quem tiver sugestões, discordâncias possam apresentar até o dia 16/11. Se não tiver manifestação, que se considere aprovado e aí as sugestões que forem sendo incorporadas, o Senhor José Fernando e a Senhora Marta, Coordenadora da Comissão, irão consolidar. Relato da Comissão de Orçamento e Finanças - O presidente, Sr. José Fernando informou que existem 3 pontos pendentes em relação ao edital, e citou necessidade de decidir quem faria as propostas em relação ao edital para o recurso FIA e SPDCA 2007 para apresentar na Próxima Plenária. O Conselheiro Ricardo, sugeriu que tenham outros conselheiros na elaboração das propostas. O outro ponto de encaminhamento é em relação

a possíveis novos projetos, para a utilização do recurso da SPDCA e da FIA. Após os encaminhamentos e as sugestões, não tendo mais nada a ser tratado quanto aos relatórios das Comissões, o Presidente do CONANDA agradeceu a presença e participação de todos dando por encerrados os trabalhos. Para constar, esta ata, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

JOSÉ FERNANDO DA SILVA
Presidente do CONANDA